



CENTRO DE ESTUDOS DE DEFESA NACIONAL

Seminário sobre Segurança Nacional e Autoridade Marítima

Relatório Final

Teve lugar na sede do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), na Praia, nos dias 22 e 23 de Novembro de 2010, o Seminário «A Segurança Nacional e a Autoridade Marítima».

1. Enquadramento

O Seminário foi uma organização conjunta de vários Ministérios, em coordenação com a Chefia do Governo e teve em consideração a importância da segurança marítima para Cabo Verde e para a cooperação internacional.

A segurança marítima é um tema que faz parte da agenda internacional porque é cada dia maior e mais importante o papel que o mar tem no desenvolvimento dos países. É através do mar que os países intercambiam mercadorias e produtos diversos indispensáveis ao seu desenvolvimento e também é pelo mar que têm lugar algumas actividades ilícitas, tais como o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e armas, a pesca ilegal e algumas actividades que agredem o meio ambiente. Estas actividades ilícitas são constitutivas de ameaças à segurança humana, ao bem-estar da colectividade nacional e à estabilidade das instituições.

Dada a localização de Cabo Verde, situado no Oceano Atlântico, a uma distância de cerca de 600 km da costa ocidental Africana, constituído por dez ilhas e vários

ilhéus, dispersos por grandes distâncias, que em alguns casos chegam a ultrapassar as cem milhas marítimas, com um grande perímetro litorálico e ainda com um grande número de enseadas e baías e uma extensa área marítima, muito difícil de fiscalizar, no cruzamento de algumas das principais rotas de navegação marítima do mundo, a problemática da segurança marítima nas suas múltiplas vertentes, deve fazer parte da agenda nacional de desenvolvimento.

Em coordenação com a Chefia do Governo e com os Ministérios das Infra-estruturas, Transportes e Telecomunicações, da Administração Interna, da Justiça e do Ambiente, Agricultura e Recursos Marinhos, o Ministério da Defesa Nacional, como entidade encarregue de *«preparar e apresentar propostas em colaboração com outros departamentos do Estado para a definição de políticas em matéria de segurança nacional e coordenar a sua execução»* nos termos da alínea b) do artigo 3º do Decreto-Lei nº 51/2009, decidiu assumir a iniciativa de organização do Seminário que foi de encontro às orientações gerais do Governo e orientações específicas do senhor Primeiro Ministro sobre a necessidade de se conhecer as condições básicas que deverão existir, no âmbito da segurança, para a construção de um «cluster» do mar.

Em Maio deste ano, foi realizada uma reunião de reflexão que contou com a co-presidência dos senhores Ministros que tutelam áreas que interagem com o mar, o Conselheiro do Governo para a Segurança Nacional, dirigentes e responsáveis técnicos dos sectores afins, nomeadamente o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Presidente do Instituto Marítimo e Portuário, o Comandante da Guarda Costeira, bem como delegações da Polícia Nacional, da Polícia Judiciária e das Direcções Gerais das Pescas, do Ambiente e da Saúde. Esta reunião recomendou, no essencial, o aprofundamento e o alargamento do debate então iniciado e o

estabelecimento de um mecanismo de coordenação e de circulação de informações que estejam relacionadas com as actividades específicas de cada entidade e que permitisse uma maior racionalização no aproveitamento das capacidades já instaladas e em vias de instalação.

Sem perder de vista os ganhos já alcançados, sobretudo em matéria de recursos humanos especializados, em sectores vitais, como a gestão portuária e a regulação marítima, consubstanciados no prestígio que têm entre nós, instituições como a ENAPOR ou o Instituto Marítimo e Portuário, ou os esforços que vêm sendo feitos pela Guarda Costeira para cumprir as missões que lhe são atribuídas por lei e tendo em devida conta que Cabo Verde foi dos primeiros países africanos a implementar o Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS), e, mais recentemente, termos criado o Centro de Operações de Segurança Marítima, graças à parceria com os Estados Unidos da América e com países europeus, não podemos encarar essas acções como troféus que dão direito ao descanso, mas antes, assumi-las como um compromisso que nos responsabiliza ainda mais e nos capacita a perscrutar, estudar o contexto internacional, regional e local e tomar novas decisões que vão permitir melhorar a qualidade da segurança existente, como «*security providers*» que temos a honra de nos considerar, enquanto actores da situação política internacional.

2. Objectivos do Seminário

O Seminário sobre Segurança Nacional e Autoridade Marítima teve como objectivo geral a avaliação da relação entre o exercício da Autoridade Marítima e a Segurança Nacional, numa perspectiva descomplexada, aberta a argumentos coerentes, a factos da vivência nacional e à experiência de outros países na matéria. O tema principal foi o reforço da coordenação entre as entidades que intervêm ou

devem intervir no exercício da Autoridade Marítima, enquanto representante da Autoridade do Estado, incitando a abordagens inovadoras e abrangentes que tenham em devida conta a importância do primado da lei, por um lado, e por outro, a importância de que deverá revestir a Segurança Marítima num país com as características de Cabo Verde.

O Seminário analisou a natureza multidimensional dos desafios e as consequências da insegurança no mar no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em conta as tendências recentes que apontam para a estreita ligação existente entre as actividades ilícitas e a instabilidade existente em vários países desta região atlântica.

3. **A sessão oficial de abertura** do Seminário foi garantida pela senhora Ministra da Defesa Nacional que apresentou uma comunicação que serviu de orientação aos trabalhos. Na sua intervenção, a titular da pasta da Defesa Nacional lembrou as principais características de Cabo Verde como arquipélago atlântico, a importância da segurança marítima para a segurança nacional e recomendou a devida ponderação na clarificação dos conceitos, na sua abrangência, complexidade e incontornável necessidade de se atribuir importância à actuação coordenada dos principais agentes do sistema de autoridade marítima. Foi realçada a importância da circulação de informações respeitante à segurança marítima, a utilização racional de recursos e o papel da cooperação para se fazer face aos desafios que se colocam no sector. A este propósito, a MDN apelou para a necessidade de se tirar o devido proveito da existência do recém-criado Centro de Operações Marítimas que deverá funcionar como uma importante base de dados ao serviço de Cabo Verde e desta região atlântica.

4. A Agenda

A agenda do Seminário foi organizada em quatro painéis e cada um contou com um moderador que dirigiu o painel. O primeiro painel teve como objectivo suscitar elementos de doutrina que pudessem ajudar a compreender os fenómenos ligados às actividades marítimas e ainda fornecer alguns elementos teóricos que pudessem ser ferramentas úteis de trabalho para os actores do sistema de segurança marítima e, por fim, conhecer melhor a ligação entre a segurança nacional e a segurança marítima e a sua relação com o desenvolvimento. Este painel contou com quatro apresentações relativas à «*Segurança Marítima como vertente da Segurança Nacional*», o «*Impacto económico da Segurança Marítima*», a «*Segurança Marítima e o Desenvolvimento*» e a «*Segurança Marítima e o Cluster do Mar*».

O segundo painel contou com comunicações de introdução ao debate apresentadas pelos principais actores do sistema de segurança marítima (IMP, Guarda Costeira, Polícia Marítima, DG das Pescas e DG da Saúde). Foi feito o ponto de situação do sistema de autoridade marítima e identificados vários elementos para a elaboração de uma estratégia nacional de Segurança Marítima em Cabo Verde.

O terceiro painel teve como principais objectivos conhecer as experiências dos países e territórios mais próximos de Cabo Verde, reforçar o conhecimento mútuo e a cooperação com países e territórios vizinhos e ainda suscitar a importância das parcerias estratégicas. Este painel contou com a participação de representantes do Senegal e de Portugal. Razões de força maior impediram a participação da

Espanha, o que permitiria conhecer e debater a rica e pertinente experiência das Canárias.

O quarto e último painel – O sistema de Autoridade Marítima em Cabo Verde: perspectivas - permitiu lançar as bases para o fortalecimento do sistema de autoridade marítima, tendo sido reconhecida a necessidade de todos os elementos que integram este sistema terem o seu papel bem definido e devidamente regulamentado. As comunicações de introdução ao debate foram garantidas pelo Conselheiro de Segurança Nacional do Governo, pelo Presidente do Instituto Marítimo e Portuário e pelo Comandante da Guarda Costeira.

5. Debate

A apresentação das comunicações que integraram cada um dos quatro painéis foi seguida de um participado debate que serviu para identificar as principais questões comuns a todos sectores que interagem com o mar, reconhecer a importância da segurança marítima para a segurança nacional em Cabo Verde, conhecer melhor as boas práticas em matéria de segurança marítima por parte dos países e territórios vizinhos, sensibilizar os intervenientes em relação às incidências das chamadas «novas ameaças» nas actividades marítimas em Cabo Verde, valorizar ainda mais a coordenação inter-agências que desenvolvem actividades marítimas e afins e criar condições para melhor apreensão da natureza multidimensional dos desafios à segurança no mar.

6. Recomendações

O Seminário sobre «A Segurança Nacional e a Autoridade Marítima» recomendou:

- Dotar o país de um sistema de autoridade marítima, reforçando as sinergias das instituições com competências de autoridade do Estado no mar e melhorando a articulação entre elas.
- Fazer da coordenação uma constante e um princípio de actuação em matéria de segurança marítima. Ela deve ser flexível, sistemática e adoptar procedimentos próprios de uma organização em rede, aproveitando as potencialidades das TIC's.
- Assumir a complexidade e a natureza multi-disciplinar dos desafios e ameaças e a necessidade de haver respostas igualmente abrangentes.
- Assumir a maritimidade e as vulnerabilidades específicas dos países insulares, como é Cabo Verde, os quais impõem uma abordagem diferente face à problemática da segurança nacional.
- Dotar o sistema de segurança marítima de uma estrutura de coordenação estratégica e operacional.
- Complementar o sistema de segurança marítima com a segurança cooperativa, assente nas parcerias que o Estado vem construindo com países e organizações internacionais. Estas parcerias devem ter em conta a natureza das ameaças comuns.

- O seminário registou com satisfação a recente aprovação do Código Marítimo e da lei dos Portos e recomendou a urgência da sua regulamentação em matéria de segurança marítima.
- O seminário recomendou ainda a criação de um grupo de trabalho para a apresentação de uma proposta de arquitectura de segurança.

ANEXOS:

1. Ver CD distribuído no Seminário.
2. Lista de participantes.

Praia, sede do SNPC, 23 de Novembro de 2010.